

Comentários sobre

Por uma epistemologia sul-americana e afrocentrada da psicanálise brasileira, de Mônica do Amaral

Wilson Franco,¹ São Paulo

Este texto é um texto-segundo: ele se constitui como uma peça *em diálogo* com um texto que o antecede, e é somente por conta desse diálogo que ele veio a ser. O texto-primeiro, no caso, seria “Por uma epistemologia sul-americana e afrocentrada da psicanálise brasileira”, escrito por Mônica do Amaral e publicado na mesma edição (a quem não leu, fica feita, desde já, a recomendação). A ocasião para esse encontro foi o convite feito pelos editores do *Jornal* a apresentar um texto que estabeleça diálogo com esse texto-primeiro, de forma que “as verdadeiras controvérsias apareçam e possam continuar a ser parte do próprio processo de desenvolvimento do pensar psicanalítico em sua dimensão de complexidade” (cito a carta-convite por meio da qual fui convidado).

Pois bem, gostaria, de partida, de agradecer aos membros da Comissão Editorial pelo gentil convite, e gostaria de agradecer à Mônica do Amaral pelo texto que me foi oferecido como plataforma para que ocorra o pretendido diálogo. Acredito que ocasiões de diálogo transcendendo as inserções institucionais de cada psicanalista sejam decisivas para nossa comunidade e, nesse sentido, parabenizo o *Jornal de Psicanálise* e a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo pela proposição e cultivo do espaço. Espero que, nesta inexorável qualidade de hóspede e de forasteiro, possa trazer algo que frutifique (em termos de desenvolvimento, claro, mas também de complexidade, de diálogo e, bem, de controvérsia, também).

Assim, uma das coisas que me interessam nessa feliz oportunidade de interpelar o texto de Amaral é propor que o aproximemos à lógica do

1 Psicólogo e psicanalista, professor no curso de Sociopsicologia da Fundação Escola de Sociologia e Política. Mestre e doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP. Autor dos livros *Autorização e angústia de influência em Winnicott* e *Os lugares da psicanálise na clínica e na cultura*.

hibridismo, conforme o apreendi de Bhabha (2013) – o que significa pensarmos que a história de territórios disputados em regimes de colonização conta essa trajetória, esse processo e essas experiências como parte de sua história, de forma que o exercício de habitar a culturalidade que ali pulsa envolve, necessariamente, o enfrentamento e a aceitação dessa história enquanto *parte* daquele campo cultural, e não só como violência opressora exógena. Sem convivência ou pactuação, claro, mas com reconhecimento dessa história como parte da história daquele campo cultural.

Entendo que a ideia de hibridismo, conforme a compreendo, dialoga, ainda que complexa e controvertidamente, com a ideia de “primado do outro” de Laplanche – e isso na medida em que o “primeiro” suposto fica considerado perdido e inexorável. O outro é inescapável em seu efeito constitutivo, sem dúvida, mas não porque é primeiro (estando primeiros, origens e causas inacessíveis à experiência humana), e sim porque estamos imersos na determinação alteritária da linguagem e do convívio humano.

No caso do Brasil, o ponto em causa seria a incorporação e a apreensão simbólica e simbolígena do fato de termos sido atravessados por uma experiência colonial secular, pautada por violências epistêmicas, simbólicas, religiosas, éticas, morais e físicas incontáveis. Toda perspectiva em direção à nossa historicidade e ancestralidade deve passar pelo ter-acontecido dessas dinâmicas, e do impacto determinante que elas têm. Sem pretender o resgate de uma ancestralidade anterior que “volte a estar” livre disso, mas enfrentando e dispostos a atravessar o efeito constrangedor e violento que isso comporta, em busca da criação de algo novo, e melhor, que incorpore e simbolize o ter-acontecido do que celebramos, e também do que queremos repudiar e rejeitar e deixar para trás. O diálogo, enfim, com um outro que nos violenta e interpela.

O que me parece mais transformador e desafiador, no horizonte dessa premissa, é que qualquer perspectiva democrática e justa deve enfrentar e se dispor a atravessar o lamaçal dessas violências e de seu legado racista, classista, patriarcal e misógino, bases do autoritarismo brasileiro (Schwarcz, 2019). E, para que isso faça qualquer sentido e tenha qualquer efeito prático, precisamos articular esse épico abjeto à nossa trajetória singular (já que somos, individualmente, pontos de articulação dessas tramas históricas transpessoais, e seremos portadores e porta-vozes disso em nossas interações, até mesmo clínicas). Ou seja, qualquer horizonte antirracista e

democrático depende da superação dos arrestos de violência a determinar nossas histórias e nosso ser-aqui.

No que diz respeito à busca por uma perspectiva sul-americana e afrocentrada, antirracista e democrática para a comunidade e para a práxis psicanalítica brasileira, a jornada me parece que haverá de ser longa. Por quê? Porque nós, interessados e interessadas na construção, compartilhamento e consolidação dessa perspectiva, precisamos estabelecer contato frutífero e diálogo com aqueles e aquelas entre nós (e dentro de nós) que (ainda) não encamparam essa agenda, não nutrem essa disposição ou não se interessam por esse “assunto”.

O ponto em questão, nessa medida, é a possibilidade de diálogo frutífero e transformativo com um outro que nos antecede e constrange.

Um bom exemplo para a problemática passa pela ocasião de nosso encontro (encontro do texto-primeiro comigo, autor deste texto-segundo, e o encontro deste texto-segundo com você, leitor ou leitora). Eu, quando escrevo este texto, conto 37 anos; não “fiz formação” em psicanálise em nenhuma instituição específica; e cá estou: apresentando no *Jornal de Psicanálise* da SBPSP uma contribuição que interpela o texto de uma psicanalista membro efetivo da SBPSP, com uma sólida e admirável trajetória de pesquisa, publicações, ensino e clínica. Que interesse pode haver nessa troca? Quem sou eu? O que eu posso ter a acrescentar?

Nesse ponto encontro ocasião para trazer à baila uma discussão encampada pelo filósofo Jacques Derrida em torno do tema da hospitalidade (Derrida & Dufourmantelle, 2003). Segundo o autor, hospitalidade implica (evidentemente) a abertura a um outro; para melhor vislumbrar o impacto do tema, ele propõe o conceito de “hospitalidade incondicional”: hospedarmos um outro que não falará minha língua, não partilhará de minha história, não comungará de meus credos, costumes ou modo de vida. Com base nisso, chegamos à percepção de que hospitalidade, nesse sentido incondicional, é impossível, já que em algum ponto dessa alteridade radical a hospitalidade me ameaça a ponto de interromper minha disposição hospitaleira. Em resumo, então, vemos que o encontro com o outro envolve necessariamente algo da ordem da violência – do hospedeiro em direção ao hóspede e também do hóspede em direção ao hospedeiro (sem que possamos saber, propriamente, “quem começou” a violência, qual veio primeiro).

Pois saiba o leitor que, como a Mônica do Amaral, autora do texto-primeiro, eu sou “branco”; como Amaral, estou interessado em compreender

os meandros epistêmicos, culturais e sociais através dos quais o racismo, o classismo e o patriarcalismo marcam nossas trocas e seres e estares; como Amaral, quero um Brasil mais democrático e justo. As condições em que o texto-primeiro acolhe esse meu texto-segundo, então, estão longe do campo da “hospitalidade incondicional” – contamos com esses pontos de apoio identitários-identificatórios a apaziguar nossos estranhamentos. E, apesar de tantas sintonias, sei-me outro, inconforme; gostaria de oferecer meu texto como um segundo que abraça o primeiro, e harmoniza e conflui nele, como se fossem dois textos primeiros, enfim, ou como se o meu, hóspede que é, pudesse se mostrar hospitaleiro (como se tivesse vindo primeiro?); mas sei que, mesmo sendo válido o empenho, não será bem-sucedido – a violência, outra, insiste (e antecede, e se impõe).

E isso pensando que, em princípio, estamos do mesmo lado da trincheira, comungamos de uma agenda; isso porque ela veio antes, e “está em casa”.

Como será, então, a acolhida desses textos em relação ao ser-lar do leitor que hospeda esses textos consigo ao lê-los? Que tipo de comensalidade seria possível?

Principalmente, qual o acolhimento que caberá a esses nossos textos (segundos, ambos, em vista da disposição-primeira do leitor) no horizonte de um leitor-outro – um leitor que não comunga de nossas agendas e causas?

Pinço, enfim, a diferença que mais me grita: quando encontro um texto que reverbera esses meus imperativos éticos, e me vejo sintonizado com a agenda ali desenhada, olho instintiva e irrefletidamente em direção a nossos supostos dissonantes, aqueles que não estão encampados na agenda antirracista, aqueles que não se puseram a estudar Fanon e Munanga e Kilomba; como eles acolherão nosso diálogo? Que restará de nossos textos, e de nossa agenda, em sua mente-*morada*? Que tipo de hospitalidade caberá a nós, textos-causas-agendas?

Minha preocupação, em resumo, é que não sejamos capazes de alçar esse diálogo ao estatuto de abrangência, ubiquidade e profundidade que me parece urgente em vista da natureza da causa. Essa preocupação se deve ao fato de que a luta “por uma epistemologia sul-americana e afrocentrada da psicanálise brasileira” diz não apenas de um trabalho epistemológico, mas da reconfiguração do campo psicanalítico em termos de sua inserção em nosso tempo e meio – não se trata apenas de uma revisão conceitual, mas do reposicionamento da psicanálise no horizonte de nossa sociedade e cultura. Esse ponto me parece claro no trabalho de Amaral, e estou de acordo com

essa envergadura emprestada à causa (acho mesmo que o propósito deve ser esse). Mas, para que avancemos nessa direção, precisamos fazer com que esse diálogo-debate não seja objeto apenas dos especialistas interessados no tema – precisamos fazer com que *os outros*, para quem esse assunto não interessa e/ou não convém, nos acolham.

Pode ser que, nesse ponto, o leitor se incomode com algo que venho fazendo sem o devido aviso: o texto de Mônica do Amaral fala de uma *epistemologia* a ser construída, e eu mesmo estou falando da transformação, em termos da dinâmica comunitária, da práxis dos e das psicanalistas e de nossa inserção em nosso Brasil. Diante disso, poder-se-ia supor que a discussão sobre uma epistemologia sul-americana e afrocentrada para a psicanálise brasileira prescindiria de considerações sobre transformações na dinâmica comunitária, sendo um assunto eminentemente conceitual e, bom... epistemológico.

Acontece que minha interpelação ao texto-primeiro (o de Amaral) não encontra esse texto epistemológico como interlocutor. O que vejo, na verdade, são três coisas distintas, articuladas em um projeto: 1. vejo uma proposta programática dizendo respeito à recuperação da conceitologia laplancheana, com destaque para a noção de “primado do outro”, dando notícia de uma perspectiva de transformação no campo da teoria psicanalítica e da metapsicologia; 2. vejo também uma proposta programática de articulação conceitual e epistemológica, resgatando trabalhos de Kabengele Munanga e outros no intuito de prover o campo psicanalítico do devido anteparo conceitual sul-hemisférico (e afroreferido) para uma psicanálise brasileira que não seja branca e racista; e 3. vejo, enfim, uma sinalização da fertilidade clínica e praxológica desse movimento, com base na retomada intencional da discussão de Rita Segato (2006) acerca das mulheres negras desempenhando funções denegadas de maternagem (discussão que poderia, em seu turno, levar a debates sobre a subjetivação, a masculinidade, a feminilidade, a maternagem, o Édipo e tantos outros temas tendo em vista particularidades da dinâmica cultural e civilizacional brasileira).

O texto-primeiro que interpelo, então, não é um texto de caráter homogeneamente epistemológico, mas sim um texto programático, estruturado como um tríptico, em que se confronta uma encruzilhada teórico-social: a psicanálise brasileira precisa rever suas bases teórico-epistemológicas, em busca de uma fundamentação consoante à sua realidade sociomaterial. E isso implica a busca “por uma epistemologia sul-americana e afrocentrada

da psicanálise brasileira”, como anuncia o título; o trabalho do texto, nesse sentido, é *anterior*, estrategicamente, ao programa anunciado pelo título, já que trata de condições e desafios no caminho de uma epistemologia tal (o que faz todo o sentido: é um texto *por* uma epistemologia, em que se trata de trabalhar *por* uma epistemologia desejada e vislumbrada ali, no horizonte).

Vendo-o dessa forma, tenho grande simpatia e sinto grande sintonia com ele, meu texto-primeiro – eu mesmo venho trabalhando programaticamente, na verdade, de acordo com a agenda que intitulo “por uma psicanálise pertinente à situação brasileira”. A diferença entre os programas enunciados, no entanto, é tão sutil quanto essencial: não centro meus esforços na luta por uma epistemologia, mas sim por uma psicanálise; meu interesse não é construir uma nova matriz referencial para a psicanálise, mas sim uma nova inscrição da psicanálise em nosso tempo e meio, em que se construam novos modos de pertencimento e práxis. Essa psicanálise pela qual trabalho depende, acima de tudo, da confrontação da disposição da psicanálise enquanto comunidade e enquanto profissão no território, e meu ponto de interesse envolve o reconhecimento de que a transformação dessa inscrição traria em seu bojo a perspectiva de uma consoante transformação na metapsicologia e na epistemologia referenciais. Digo isso porque a criação de uma imagem da psicanálise que opere em espaços menos privilegiados, de transmissão da psicanálise fora dos centros de poder, de práxis psicanalítica para populações historicamente alijadas etc. traria consigo, necessariamente, a explicitação da matriz eurorreferenciada e norte-hemisférica que baliza nossa atual psicanálise hegemônica.

Com base no que já expus, creio ter condições de compartilhar com o leitor a forma com que meu texto-segundo sonharia, num momento de devaneio inconsequente, pontos de fuga para o texto-primeiro que o acolheu e lhe ofereceu razão. Imagino, por exemplo, uma reapropriação e ressignificação da teoria laplancheana que nos ofereça condições de pensar as peculiaridades das dinâmicas sociais e subjetivas brasileiras – o que vislumbro aqui, imaginativo, é um desdobramento da primeira parte do tríptico de Amaral, em que Laplanche pegue no tamborim para pensar esse campo de alteridades (“segundas”, todas elas) que vincam a patriarcalidade, o racismo, o autoritarismo e a misoginia de nossas sexualidades e disposições subjetivas. Imagino, também, a articulação de linhas de força epistemológicas, que sejam sul-hemisféricas, e que possam compor a base e o esteio de nossas matrizes conceituais e arcabouços teóricos básicos – meu sonho, aqui, é que

a epistemologia afrorreferida e sul-hemisférica não seja uma especialidade dentro do vasto campo de especialidades, mas seja central (ou seja, que Munanga e Kilomba e Fanon e Memmi sejam tão *normais* quanto Cervantes e Dante e Shakespeare, e não parte de uma área específica a ser estudada por “aqueles que se interessam por esse tipo de coisa”). Imagino, por fim, a interpelação do impacto subjetivo e subjetivante das maternidades denegadas, dos pactos racistas familiares, do autoritarismo tácito, da desigualdade social etc. como parte de discussões clínicas nos grupos de discussão clínica “normais”, nas supervisões cotidianas nos consultórios particulares (seja em São Mateus, seja em Higienópolis).

Chego, enfim e de novo, ao ponto que enunciei de passagem um tempo atrás nesse mesmo texto, e que é minha preocupação central: em nossa busca *por* uma psicanálise mais justa e pertinente, como vamos abordar aqueles que não estão olhando para isso por iniciativa própria? Minha preocupação aqui diz respeito a uma tensão que marca a psicanálise contemporânea brasileira, e que se refere a uma crise quanto à identidade pretendida para a psicanálise no cerne da comunidade psicanalítica contemporânea. Qual psicanálise queremos? O risco é que os “desconstruídos” vão lá para seu canto ler Munanga e estudar racismo e praticar antirracismo, enquanto os psicanalistas “mais tradicionais” vão seguir com sua epistemologia *de sempre*, seus autores *de sempre*, e suas clínicas *de sempre*. Não tenho nenhum interesse em finalizar esse texto-segundo com uma verve denunciante e polemista, mas acho intelectualmente honesto apontar o fato de que parecemos estar olhando para um campo de conflito e disputa. Nesse sentido, acho que há um tríptico que me interessa, a ser pareado ao tríptico que vislumbrei no texto-primeiro de Amaral: 1. Como consolidar referenciais epistemológicos que não sejam eurorreferidos *e que não sejam reativos*, mas sim uma base suficiente, robusta e propositiva?; 2. Como nos apropriar de matrizes teóricas, epistemológicas e metapsicológicas oriundas de autores europeus (como é a imensa maioria de nossos autores) tendo em vista um campo de problemáticas clínicas, sociais e teóricas brasileiras, em sua especificidade, sem ficar eternamente denunciando suas raízes não-nossas e sem perpetuar antagonismos?; 3. Como trazer ao centro e à base das discussões cotidianas, institucionais e de formação dos psicanalistas elementos clínicos, sociais e políticos pertinentes a nosso tempo e meio, sem que essas discussões fiquem restritas ao estranho campo dos e das “psicanalistas decoloniais”, como um especialismo voltado apenas a quem se interessa pelo tema?

É assim que termina esse texto-segundo: interrogativo, hesitante, sem respostas. A você, leitor que chegou até aqui: espero que isso tudo lhe seja estranho; espero que não seja um especialista na área, porque espero que possamos nos encontrar e suportar uns aos outros conforme tentamos nos entender e construir um mundo em que possamos coabitar e viver com dignidade e respeito. Espero que possamos seguir nos enxergando, outros que somos, e que possamos seguir juntos (e disjuntos, e não-todos), enquanto eu tento trazê-lo mais próximo dessa psicanálise que me parece mais pertinente ao nosso tempo e meio (e ao mundo que considero desejável), e espero poder ouvi-lo quanto aos motivos por que a psicanálise que você sonha para nós diverge da minha.

Outros, que somos, sigamos – não juntos e desconhecidos – o primado dos segundos, uma vez que os primeiros, outros incondicionais que são, já não os há.

Referências

- Bhabha, H. (2013). *O local da cultura*. UFMG.
- Derrida, J. & Dufourmantelle, A. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Escuta.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.
- Segato, R. L. (2006). *Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça*. Série Antropologia. Universidade de Brasília. <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto57/FO-CX57-3683-2007.PDF>>.

Wilson Franco
wilsondeacfranco@gmail.com

Recebido em: 18/3/2023

Aceito em: 21/3/2023